INT-0594

AS
)AMERICANO Y DEL CARIBE
J ECONOMICA Y SOCIAL

PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATOLICA DE CHILE
INSTITUTO DE ESTUDIOS URBANOS

CEPAL/ILPES ~~(0594)~~

REVOLUCION TECNOLOGICA Y REESTRUCTURACION PRODUCTIVA: IMPACTOS Y DESAFIOS TERRITORIALES

Santiago de Chile — 22 a 25 de agosto de 1989

Serie IEU/ILPES 02

COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE
NACIONES UNIDAS

REESTRUCTURACION INTERNACIONAL Y REPERCUSIONES INTERREGIONALES EN PAISES SUBDESARROLLADOS: REFLEXIONES SOBRE EL CASO BRASILEÑO

Wilson Cano

REESTRUTURAÇÃO INTERNACIONAL E REPERCUSSÕES INTER-REGIONAIS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: REFLEXÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

Wilson Cano(*)

Para que possamos fazer algumas especulações em torno do tema proposto, que reputo extremamente complexo, seriam necessárias três mediações: a primeira consiste na necessidade de se entender o que está ocorrendo na economia internacional e ter alguma visão prospectiva disto; a segunda se refere à necessidade de se entender quais as diretrizes possíveis para a dinâmica da economia nacional, que raio de manobra têm o Estado e as elites brasileiras para retomar o crescimento de nossa economia e de que forma nós seremos afetados de uma maneira ativa e/ou passiva pelo que está sucedendo na economia internacional. Finalmente, a terceira mediação, subordinada, às duas primeiras, seria a de examinar dentro das distintas regiões brasileiras, o que sobrou de suas dinâmicas próprias, em termos de graus de liberdade das políticas regionais, e mais a superposição sobre essas regiões do movimento geral da economia brasileira (afetada por nova inserção internacional).

Na primeira, tento resumir o sentido da evolução recente dos principais blocos de países capitalistas desenvolvidos e dos principais passos da chamada reestruturação da economia mundial.

(*) Wilson Cano é Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP (julho/89).

Na segunda parte, coloco a questão da maior inserção da economia brasileira no mercado internacional (de bens, serviços e capitais) e a severa crise que o país sofre desde o final da década de 1970. São ainda apontadas algumas das principais repercussões dessa maior inserção, sobre as distintas regiões brasileiras.

Na terceira, faço algumas especulações sobre possíveis rebatimentos internos (algumas regionalizadas) na economia brasileira, decorrentes de distintas hipóteses de inserção do país no avanço tecnológico já existente e em marcha.

Por último, tento discutir formas alternativas de se pensar o desenvolvimento econômico e social das distintas regiões do país, através de combinações de políticas setoriais e sociais.

1. A Reestruturação da Economia Capitalista Mundial

Esta primeira parte, requereria discussão mais pormenorizada. Contudo, vou tentar dar um panorama muito resumido do quadro internacional recente, compatível com os limites deste texto (1).

---

(1) É ampla a bibliografia sobre o movimento da economia internacional no Pós-guerra. Sugiro aqui os seguintes textos: Torres Filho, E.T. O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973). Tese de Mestrado - UFRJ-Instituto de Economia Industrial-RJ, 1983; Teixeira, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. Tese de Mestrado UFRJ-Instituto de Economia Industrial-RJ, 1983 e o excelente livro de FAJNZYLBER, F. La industrializacion trunca de America Latina, Nueva Imagem, Mexico, 1983.

A economia capitalista mundial do após segunda guerra até a primeira metade da década de 1970, apresentou extraordinário crescimento médio anual da renda (6,1%), ritmo ainda maior na expansão do comércio mundial (8%) de manufaturados, com estes bens perfazendo 60% do comércio mundial total.

Esse vertigioso progresso não apenas transplantou para o Japão e Europa Ocidental o "padrão norte americano de industrialização", mas também permitiu a esses povos, a assimilação do chamado "american way of life".

Contudo, esse "trem do progresso" trazia consigo algumas cargas indesejáveis. A primeira delas, representava a forte desaceleração da economia norteamericana a partir de meados da década de 1960, quando se esgota seu potencial de crescimento, se agrava o problema monetário internaconal ("crise do dólar") e a chamada hegemonia (política, econômica, financeira e militar) americana sofre sérios abalos.

Chegou-se inclusive a ter a equivocada idéia de que essa hegemonia estava definitivamente encerrada ao final da década de 70, e que ao contrário, Japão e Alemanha disputariam com os EUA a hegemonia do sistema capitalista de produção. Já no final do governo Carter, os EUA iriam mostrar ao mundo que em absoluto não estavam dispostos a se curvar, a perder sua hegemonia, e, notadamente a partir do início do governo Reagan, os EUA imporiam ao mundo capitalista as chamadas "regras básicas" do jogo. Determinariam que o mundo capitalista teria que financiar os rombos da balança comercial e do déficit fiscal americano, e que em troca, os EUA fariam um "grande favor" ao restante do mundo capi-

talista abrindo as comportas gigantescas de suas importações. Não nos esqueçamos que, entre 1983 e 1985, cerca de 2/3 do crescimento das economias capitalistas foram de responsabilidade única e exclusiva do aumento das importações norte-americanas. E isso os EUA colocaram de forma explícita em documentos oficiais de Governo (2).

A outra carga indesejada - além dos dois "choques" do petróleo: 1973 e 1975 - foi a do esgotamento do mesmo padrão de crescimento para o Japão e a Europa Ocidental, no decorrer da década de 1970, acompanhado pelo agravamento da crise financeira internacional. Também os NIC's (latinoamericanos e asiáticos) sofreriam com essa crise e desaceleração.

Esse esgotamento, a meu juízo, decorreu da exaustão do padrão de crescimento industrial, que consistiu na transmigração ao resto do mundo capitalista (principalmente à Europa e ao Japão), tanto de investimentos de capital de risco e de empréstimos, quanto do próprio padrão americano de consumo. Os padrões de consumo das pessoas e das famílias atingiram níveis muito similares aos dos EUA e isso tendeu a se esgotar à medida que avançávamos na década de 1970. Há também o crucial esgotamento do painel tecnológico, (muitas dessas tecnologias inclusive eram disponíveis antes mesmo da segunda Guerra Mundial), cujo "estoque"

---

(2) Sobre a questão da hegemonia americana ver: Tavares, M.C. A retomada da hegemonia americana. Rev. de Ec. Política - SP, v. 5, nº 2, Abr-Jun/1985, pg. 5-15.

também vai tendendo a um esgotamento e a um envelhecimento dos parceiros industriais pioneiros, notadamente dos Estados Unidos. Mas a crise não é apenas no sistema produtivo, é também financeira, e Keynes já havia se antecipado a isso, em Breton-Woods, quando as economias capitalistas fizeram o chamado acordo geral para a reconstituição do Sistema Monetário-Financeiro Mundial. Naquele momento, decidiram tomar o dólar americano como moeda-padrão internacional, e Keynes advertiu muito bem que isso não iria resolver em absoluto o problema monetário e financeiro do mundo capitalista, e que essa economia internacional, portanto, entraria permanentemente em sobressaltos, com sérios problemas monetários e financeiros.

A "crise do dólar" de 1972, com a explicitação da não conversão do dólar em ouro, iria mostrar ao mundo, de maneira definitiva, que Keynes estava certo, e a partir daquele momento essa crise foi se agravando. Em 1973, com a crise do petróleo e depois em 1979, com o segundo choque do petróleo, é ainda mais expandida a espantosa "nuvem de papel" em que iria se constituir o mercado de Euro-dólar. A partir desse momento, então, o mundo entra em uma ebulição financeira muito séria. Em resumo, a crise, do esgotamento do padrão de crescimento, que mostra uma desaceleração do crescimento econômico, mas também o prenúncio de uma nova transição, está intimamente vinculada à outra, da questão monetário-financeia internacional.

Diante da gravidade da crise e da imposição da política fiscal e monetária norte americana, os principais países desenvolvidos não tiveram outra opção a não ser o de efetuar profundos ajustes macroeconômicos, dos quais os primeiros foram os ajustes

americano, japonês e inglês - agravando as tensões sociais e ampliando o desemprego. Contudo, há que frisar o fato de que a crise, pelo menos no que tange à questão monetário-financeira, não está de forma alguma resolvida.

Pelo ângulo produtivo, se é verdade que se deu o esgotamento do antigo padrão tecnológico, não é menos verdade que já desde a década de 1960 e principalmente no início da seguinte, estava já em gestão um novo e vigoroso padrão tecnológico, concentrado na microeletrônica, informática, novos materiais, mecânica fina e na biotecnologia (esta, ainda dando seus passos iniciais).

Assim, a concorrência capitalista iria impor profunda reestruturação industrial aos países desenvolvidos, significando isto, muito provavelmente, uma verdadeira "3a. Revolução Industrial".

A reestruturação e a introdução das novas tecnologias, pelo menos das principais já postas em pratica no mercado internacional, embora já tenham avançado bastante em determinados setores produtivos ainda estão "a meio do caminho"(3). Isto porque há outros pacotes de novas tecnologias, que ou estão em nível de

---

(3) Um excelente balanço recente sobre o problema pode ser visto em: Crespy, G. (Dir.) "Stratégies et Compétitivités dans l'industrie mondiale" - Observatoire des Stratégies Industrielles - Ministere de L'Industrie. Edit. Economica, Paris, 1988 e o capítulo 3 do Ramses 87/88, Rapport Annuel Mondial, sur le Système Economique et les Stratégies. Ed. Atlas Economica. Paris, 1987, pg. 157-252.

prancheta, ou estão em nível de laboratório, ou ainda, já saíram da forma de protótipos mas todavia se encontram em fase pré-industrial, dados os elevadíssimos níveis de seus preços e custos ou mesmo a restrições, técnicas e/ou políticas ainda não solucionadas. Entre estas últimas, há que se referir às que constituirão as chamadas "telecomunicações pessoais": o videofone; a casa eletrônica (domotique) que teria todos os seus serviços integrados (como segurança, serviços normais de uma casa, comunicações, compras externas, pagamentos, etc), mas também ainda está em pequeno uso; a TV de alta definição, que, quando for introduzida poderá reduzir a sucata os atuais aparelhos de TV do mundo desenvolvido; e o toca disco com imagem,(compacto a laser), que também já saiu da prancheta mas seu custo ainda é extremamente elevado. Isto no setor de eletrônica para consumo, mas também na eletrônica profissional, há muita coisa nova que já está sendo introduzida.

Em outros setores já existem outras tecnologias postas em prática mas ainda há muito o que fazer, principalmente na questão da energia, da siderurgia e da metalurgia. Precisamente aqui há ainda uma incógnita, porque o problema da substituição de aço comum pelos novos materiais (plásticos novos, novas ligas de metais e de cerâmica) vão afetar, inequivocamente, a questão siderúrgica (4). A biotecnologia, por outro lado, certamente promoverá verdadeira revolução na química e na agroindústria, porém ao que tudo indica, isto ainda levará muito tempo para uma maturação

---

(4) Sobre a reestruturação da siderurgia ver Maciel, C.S. "As mudanças estruturais no mercado mundial de aço e os desafios à competitividade internacional da indústria siderúrgica brasileira". UNICAMP-Instituto de Economia. Tese de Mestrado. Campinas, 1988, 2v.

econômica em grande escala. Cabe já advertir que as novas tecnologias já em uso são poupadoras de trabalho não qualificado de energia e de matérias primas convencionais, o que seguramente vem em desfavor dos países subdesenvolvidos.

Essas tecnologias que estão sendo implantadas e que constituem um aspecto muito importante neste do quadro internacional, por outro lado, vão implicar numa verdadeira reformulação profunda de algo que reputo como muito importante e que deve ser examinado, que é o novo padrão concorrencial e de gestão empresarial (5).

Porque está ocorrendo um novo padrão concorrencial? Em primeiro lugar, porque o que nós estamos assistindo desde o início da década de 1970, e particularmente nos últimos três anos, é talvez a mais profunda concentração e reconcentração de capital a que o mundo capitalista já assistiu. Acho-a mesmo superior à verificada no último quartel do século XIX. Em segundo lugar, essa concentração não tem uma só forma, mas formas variadas. São por exemplo, as poucas e gigantescas empresas líderes num determinado setor que começam a acertar entre si compras e vendas (cruzadas ou não) de linhas de produção ou de produtos. Então, suponhamos: a empresa líder "X" diz: "não queremos mais operar com nossa linha de água mineral, vocês (a líder "Y") ficam com essa linha e concentram-na mais e vendem sua linha de rações para nós. Comprem nossa linha de derivados de leite e vendam sua linha

---

(5) Sobre o tema ver: Miranda, J.C.R. "Tendências atuais da reestruturação do sistema produtivo internaconal. UNICAMP-Instituto de Economia, Campinas, 1987, mimeo.

de biscoitos", de tal sorte que cada um dos gigantes está eliminando várias linhas e produtos e reconcentrando sua produção e vendas em reduzido número de outros.

Isto evidentemente vai ter implicações muito sérias, porque o poder econômico e de mercado dessas multinacionais, se hoje é grande, amanhã obviamente será muito maior e terá implicações muito sérias frente às negociações de um Estado subdesenvolvido com o movimento desses capitais particulares. Eles estão, portanto, se livrando de "pontos fracos" ou da parte "podre" de suas maçãs. Isso está aumentando a concentração de poder, está ampliando consideravelmente a capacidade de poder controlar mercados, de cada um desses grupos e isto está ocorrendo principalmente na indústria alimentar mas não exclusivamente. Há também processos de fusões e compras, estes muito mais claros na indústria automobilística e na de telecomunicações. Nos setores de têxteis, de relógios e de confecções, por exemplo, algumas das empresas líderes mundiais, para não sucumbirem, abandonaram suas linhas convencionais e enverederam por segmentos de alto luxo, de marcas específicas, de moda, tentando trocar maior quantidade por m[illegible] valor. O exemplo da Suiça é muito claro. O Japão desbancou a Suiça num dado momento na produção de relógios e a Suiça depois de dois ou três anos, passou a produzir uma linha de luxo e hoje ela já detem 45% do valor da produção mundial de relógios.

Outro aspecto muito relevante do quadro internacional se refere à "estratégia dos grandes blocos". Esta questão, que vou tratar muito rapidamente, tem, para vários autores, o significado de uma verdadeira mudança do mapa-mundi: ou seja, o Japão e a Ásia "mudariam" para o extremo direito do Mapa, em seguida

aos EUA, constituindo aquilo que seria a grande área do Pacífico, com dois imensos blocos com interligações muito fortes, um liderado pelos EUA, associado ao Canadá e ao México (e contemplando ainda Israel), e o outro, liderado pelo Japão e os NIC's do sudeste asiático. No outro lado, ficaria o Mercado Comum Europeu - além do bloco socialista - e, sinceramente, não sei qual seria o lugar para os países subdesenvolvidos, principalmente os sulamericanos, porque não se pode ainda saber se o resto do mundo vai ser convidado a "olhar a festa pela janela"...

Mais duas questões devem ainda ser apontadas. A primeira refere-se ao fato de que até 1992 o Mercado Comum Europeu deverá estar economicamente integrado, e este fato pode se constituir num sério entrave à continuação da expansão mercantil de nossos países, caso não possamos fazer nossa reestruturação industrial e poder negociar competitivamente com esse bloco (6). Além disso, cabe lembrar que o comércio intra EUA/Japão/Europa Ocidental deverá crescer muito mais do que as trocas entre esses blocos e os países subdesenvolvidos.

Outra questão, muito importante para o Brasil, diz respeito às crescentes e explícitas tentativas de retaliação comercial dos E.U.A. contra os países "protecionistas", especial

---

(6) A este propósito, ver o último número da Revista Pensamiento Iberoamericano (nº 13, Madrid, Enero-Junio 1988) que apresenta interessantes artigos sobre as relações entre a Espanha e a América Latina nos marcos da integração desse país no MCE.

mente as dirigidas a nosso país (7). Não há dúvida de que, sem que façamos nossa reestruturação industrial e sem que negociemos nossa dívida externa - de acordo com os interesses nacionais, e não apenas dos banqueiros internacionais - não teremos a mínima chance de uma negociação comercial séria e produtiva para a economia e a sociedade brasileira.

2. Maior Inserção Externa e Crise

A desaceleração americana e o auge da expansão européia e japonesa a partir de fins da década de 1960, possibilitou maior ampliação da presença brasileira no exterior e das manifestações do capital internacional no Brasil.

Essa maior inserção significa precisamente uma participação crescente e diversificada do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, de um lado, e de outro uma participação também crescente como receptor nos fluxos de capitais, notadamente de empréstimo. Com exportação e importação em torno de 1,5 bilhão de dólares cada, em 1967, atingimos em 1988 o valor

---

(7) Ver entre outros, o pronunciamento da Representante Comercial dos EUA, Sra. Carla Hills em depoimento à Subcomissão de Verbas Orçamentárias da Câmara dos Representantes, em 28/02/89. Em certo trecho do documento, referindo-se à questão das patentes farmacêuticas, diz que "a retaliação norte-americana contra o Brasil ... serve de aviso para o mundo ...". E, mais adiante: "A coordenação da política (comercial americana) nem sempre será fácil ... A escolha mais ampla, nos termos que usei na minha audiência de confirmação, é quando usar o pé-de-cabra ou o aperto de mão". Documento oficial da Embaixada dos Estados Unidos da América ("Representante Comercial dos EUA expõe agenda para 1989"), Washington, março de 1989. O texto entre parênteses e os grifos são meus.

importado de 14,7 bilhões e exportado de 33,8 bilhões, onde os manufaturados representaram 57% desse valor. Contudo, nossa dívida externa, que naquele ano era de 3,4 bilhões de dólares atinge hoje mais de 100 bilhões de dólares.

Esta inserção da economia brasileira (e de alguns outros países, como os NIC's) e mais as diretrizes de política econômica interna, em que pese alguns de seus "desvios" (por exemplo, a questão social) já amplamente criticados na literatura econômica brasileira, inequivocamente não só avançaram a modernização técnica do país como propiciaram taxas elevadíssimas de crescimento, tanto na agricultura, na indústria e também nos serviços da economia nacional. Com isto, o capitalismo brasileiro, particularmente sua indústria, alcançou um nível mais integrado e uma estrutura produtiva mais aprofundada.

Por outro lado, a integração do mercado nacional avançava desde 1930, impondo a expansão do sistema de transportes e de comunicações inter-regionais o que, juntamente com a implantação de uma política de desenvolvimento regional fortemente incentivadora para as migrações do capital produtivo, no início dos anos 60, fez com que todas as regiões brasileiras se beneficiassem sobremodo dessa maior inserção internacional do país e de seu melhor desempenho econômico (8).

---

(8) Para o exame do processo de integração do mercado nacional entre 1930 e 1970 ver: Cano, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, Global-SP, 1985. Ver também Guimarães Neto, L. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Tese de Doutoramento. UNICAMP-Instituto de Economia, Campinas, 1986.

Não me alongaria citando cifras mas apenas faria questão de pontuar algumas, pelo menos no que tange à região nordestina: em primeiro lugar, os coeficientes de exportação nordestina sobem entre 1960 e 1980, de 14,6% para 17,5%; o coeficiente de importações, de 17% para 26,2% demonstrando portanto uma economia inequivocamente mais aberta a transações mercantis com as demais regiões do país. O déficit nordestino se reduz consideravelmente em termos relativos e se reduz também a participação da economia paulista na geração desse déficit. Isto é muito importante para realçar a integração do mercado nacional, que, com a migração do capital produtivo vai ampliar ainda mais essas relações mercantis e aprofundar as trocas entre as duas regiões (9). Outro resultado importante foi a modificação da pauta de exportação nordestina, que de 22% que era o peso das manufaturas em 1960, saltaria no final dos anos 70 para 70%, mostrando, portanto, uma estrutura de pauta avançada, com preponderancia de insumos industriais.

No que tange à produção industrial, lembraria que, dos 22 ramos industriais a indústria nordestina só não ampliou sua participação na concentração nacional em apenas três deles (material de transportes, fumo e o ramo diversos), ou seja, nos demais 19 ramos, de 1970 para 1980, a produção industrial nordestina cresce, em média, acima da média nacional e portanto, aumentando seus graus, pequenos é verdade, de concentração.

---

(9) Estes aspectos foram analisados recentemente por Souza, A.V. "Política de Industrialização, Emprego e Integração Regional: O Caso do Nordeste do Brasil". SUDENE/Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. Recife. 1988.

No que tange à produção agrícola no decênio, que foi também extremamente relevante, lembraria que apenas o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul perdem participação relativa um pouco mais expressiva; São Paulo perde participação e o Nordeste sofre uma pequena perda de participação, em que pese todas as regiões brasileiras, sem exceção, terem apresentado tanto no que tange à produção agropecuária quanto à industrial, expressivas e elevadíssimas taxas de crescimento do produto. A modernização parcial da agricultura do Nordeste vai reproduzir um problema que é o da diversificação da estrutura agrícola e que ocorre à medida que avança a intensificação capitalista no agro, o que evidentemente já ocorreu em São Paulo e no Sul do país: a expulsão dos chamados produtos simples (mandioca, arroz de sequeiro, etc) não capturáveis pelo capital intensificador de tecnologia, para periferias mais atrasadas. Esses produtos simples são gradativamente expulsos para a periferia, e é curioso que até no Nordeste isso já esteja ocorrendo por força das modificações tecnológicas.

Em que pese esse vertiginoso crescimento econômico da década de 1970, permanece, contudo, à questão dos problemas sociais e só lembraria uma contradição que não foi muito bem examinada pelas pessoas que trataram desse assunto, e que é um aparente paradoxo. À medida que no plano nacional se constatava pelo Censo uma aparente desconcentração industrial a partir do Estado de São Paulo (perde seu peso relativo de 58% para 53%, entre 1970 e 1980, na indústria de transformação), veríamos dentro do próprio estado um refluxo desse processo, com a região da grande São Paulo perdendo peso ao mesmo tempo que assistiamos o surgimento do que apelidei de "Califórnia Paulista", ou seja , o "vetor" que começa por Campinas, Piracicaba e atinge Ribeirão Preto

ao qual deve-se acrescentar a área de São José dos Campos. Esse interior do estado de São Paulo, que em 1970 participava com 18% da produção industrial brasileira, em 1980 participaria com 22%. Constituindo-se não apenas de indústrias processadoras de matérias primas, mas também e principalmente pela indústria mais avançada, na produção de aviões, de computadores, de tanques de guerra, petroquímica, alcool, microeletrônica, informática, enfim, coisas que requerem um avanço tecnológico considerável e uma grande densidade econômica local para serem instalados (10).

Essa "desconcentração", em termos da região metropolitana de São Paulo só em pequena parte significa realmente uma descentralização, quer resultante de políticas atrativas municipais, de infra-estrutura descentralizada pelo governo estadual, ou, ainda, por algumas "deseconomias externas" da Grande São Paulo, gestadas ao longo das décadas de 1960 e de 1970. Estas foram consideravelmente acrescidas pela reorganização sindical nessa região, principalmente pelos trabalhadores metalúrgicos que certamente induziu a descentralização de fato, de muitas empresas do setor, para pequenos municípios do interior paulista, pouco afeitos à luta de classes ...

Na verdade, a grande expansão industrial do interior de São Paulo foi resultado de programas federais de investimentos estatais localizáveis em mercado de grande densidade (as duas re-

---

(10)Sobre o assunto, ver: Cano, W. e Negri, B. A Interiorização da Indústria Paulista nos anos 70. XV ANPEC. Salvador, 1987.

finarias de petróleo instaladas em Paulínia e São José dos Campos) ou de grande adensamento econômico (a indústria aeronáutica e a bélica, no Vale do Paraíba, a de microeletrônica e informática, contíguas à Universidade de Campinas) ou ainda, graças à política de incentivos à exportações não tradicionais, que encontraria no interior paulista excepcionais condições para a agro-indústria exportadora. Acresça-se, finalmente, a política energética federal de álcool carburante, que também teria, no agro-paulista, condições extremamente favoráveis.

Cabe lembrar, porém que tudo isto se fez, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o autoritarismo federal tentava, às custas de altíssimos incentivos fiscais e cambiais e de decisões macropolíticas de investimentos (os polos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, por exemplo) descentralizar a indústria para a periferia, com a suposta razão de "desconcentrar o congestionamento de São Paulo"...(11).

No bojo dessa maior inserção internacional do país, a economia foi forçada a intensificar e diversificar o uso de sua base de recursos minerais e agropecuárias. Nesse sentido, a região Nordeste, graças à sua base mineral e à política de incentivos regionais foi grande receptora de investimentos em bens intermediários industriais, crescendo sua indústria de transforma-

---

(11) O governo autoritário, com isso, pensava conter a expansão urbana (e consequente aumento da contestação política organizada de São Paulo) e, ao mesmo tempo, via políticas regionais, garantir a cooptação política conservadora da periferia nacional.

ção à elevada taxa anual de 17% na década de 1970 e recuperando parte da participação no conjunto nacional, que havia perdido no passado(12).

A base de recursos naturais do Sul e do Centro-Oeste (além do agro-paulista) foi também solicitada, intensificando-se acelerada modificação de cultivos (de "mercado interno" para "exportáveis) com a notável expansão da soja e seus produtos, trigo, laranja, carnes e outras.

Com relação a região Norte do país cabem duas observações. A primeira, diz respeito à limitada abertura da fronteira agrícola da Amazonia, feita de forma pouco racional, que, embora tenha ampliado a produção agropecuária da região, pouco fez, em termos de acomodação social, ao objetivo que o governo autoritário planejou, em termos de dar vazão ao "excedente demográfico" do Nordeste: recebeu, entre 1970 e 1980 apenas 600 mil imigrantes, pouco mais de 1/5 do que São Paulo recebeu no mesmo período.

Por outro lado, a colossal soma de incentivos fiscais, cambiais, econômicos e financeiros com que a Zona Franca de Manaus (NO) foi contemplada, induziu a transferência, para aquela região, do parque eletrônico de consumo (audio e video) instalado em São Paulo. A expansão foi tão acentuada que os incentivos do estado da Amazonas, entre 1975 e 1985 fizeram com que os impostos sobre vendas (ICM) restituido às empresas incentivadas equivaleram a cerca de 90% do total arrecadado(!), o que, não fosse al-

---

(12) O pequeno estado do Espírito Santo, na região Sudeste, também se industrializou, beneficiando-se de legislação especial de incentivos fiscais.

alguns "ajustes informais" ali praticados, faria com que o Tesouro daquele estado "quebrasse"...(13).

Essa grande expansão de investimentos na periferia provocou altas taxas de crescimento industrial (e da agropecuária e da extração mineral) resultando em um balanço bastante favorável às demais regiões brasileiras, em termos de crescimento da renda, de urbanização e de modificações na estrutura ocupacional. No conjunto das regiões brasileiras, entre 1970 e 1980, apenas São Paulo (39,4% para 37,7%), Rio de Janeiro (16,1% para 13,6%) e Rio Grande do Sul (8,7% para 8,1%) perderam peso relativo na participação da renda total do país, embora também tivessem experimentado altas taxas de crescimento, somente menores que a média nacional.

A crise que se abateria sobre a economia brasileira na década de 1980 seria a mais grave e profunda já vivida no país. A taxa de inversão caiu, de cerca de 25% na primeira metade da década de 1970, para os atuais 16% na de 1980, refletindo a ausência de expectativas positivas pelo empresariado privado e profunda crise financeira do estado, que impede a retomada do investimento público.

---

(13) Sobre a indústria eletrônica de consumo no Brasil (com análise específica sobre a ZFM, ver: Baptista, Margarida A.C. "A indústria eletrônica de consumo a nível internacional e no Brasil: padrões de concorrência, inovação tecnológica e caráter da intervenção do estado". Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1987, 2v.

A economia brasileira apresenta, nesta década, um crescimento médio tão sofrível que, em termos de renda por habitante estamos em 1989 provavelmente abaixo de 1980. Acumulou-se com isso enorme agravamento dos problemas sociais e uma séria ameaça do aprofundamento do atraso tecnológico de nossa indústria.

A questão crucial - apesar da tentativa que o conservadorismo fez para deturpá-la - continua a ser a dívida externa, que, juntamente com as demais saídas líquidas do capital estrangeiro, consomem parte apreciável de nosso potencial de crescimento. A estatização formal dessa dívida, a partir de 1978-79, fez com que sua "irmã-gêmea", a dívida interna, se transformasse no elemento predominante na determinação do déficit público e no agravamento do processo inflacionário.

Estamos hoje vivendo, inclusive o paradoxo de gerar megasuperávits externos, ao mesmo tempo em que diminuem nossas reservas de divisas ....

Sem uma solução responsável para ambas dívidas, entendo como impossível repensar a retomada do crescimento e da modernização. Lembraria ainda, que essa crise está umbelicalmente ligada a uma severa crise do Estado (financeira, administrativa e política) e por um comportamento ambíguo das elites brasileiras, que parecem enxergar, cada vez menos, as linhas possíveis e necessárias ao progresso e ao futuro do país.

3. Nova Inserção Externa e Repercussões Inter-Regionais

As perspectivas que podem ser imaginadas para a economia brasileira para os próximos anos são complexas e admitem alternativas muito distanciadas entre si. Contudo, adotarei como hipótese central um cenário político favorável decorrente da convicção de que nenhum dos candidatos à Presidência da República, para as próximas eleição neste final de ano tem condições, sozinho, de conduzir o difícil e conflituoso conjunto de negociações e reformas necessários à retomada do crescimento do país e, não bastasse isso, a luta contra a inflação.

Por isso, e para não pensar em "saídas" muito negativas, como golpe ou populismo de direita ou esquerda, entendo que o vitorioso no primeiro turno (15 de novembro) eleitoral terá que negociar a formação de fortíssima coalisão político-partidária abrangendo também representações empresariais e sindicais. Isto, se realmente pretender vencer no segundo turno (dezembro) e efetivamente governar o país.

Mantida essa hipótese política otimista será difícil imaginar que não se poderia também pensar em hipóteses positivas para o destino da economia. Caso contrário, a regressão econômica (a "mercantilização" da economia) o atraso técnico e a crise social conduzir-nos-ão a caminhos impensáveis de não-convivência social e isolamento do concerto das nações civilizadas.

Essa hipótese otimista não exclui, é preciso dizer, um relativamente curto período para "arrumar a casa", que certamente não será indolor. Penso que não se poderá fugir dos seguintes pontos focais:

. renegociação da dívida externa, com larga carencia e longo prazo para pagamento, condicionada à fixação de taxa baixa de juros, a um mínimo patamar de reservas e a uma certa capacidade líquida para importar os bens e serviços necessários à retomada e à modernização. Deve-se incluir, ainda, resgate com deságio vigente no mercado.

. renegociação da dívida interna, com alto percentual de liberalização para aquelas de pequeno porte, e com tratamento diferenciado para as de médio e grande porte, incluindo, para estas, permissão de resgate para pagamento de impostos e dívidas com bancos oficiais, conversão para bônus cambiais para futuras importações priorisadas ou compras autorizadas de bens de capital nacional, conversão em novos títulos de longo prazo ou ações públicas não resgatáveis a curto prazo, etc.

. execução de "choque" fiscal elevando a carga tributária líquida, com considerável redução dos subsídios e incentivos atualmente em vigor.

. profunda reforma administrativa e financeira do estado, incluindo a centralização dos orçamentos das estatais.

reforma do sistema financeiro, no sentido de estabelecer bases sólidas para o financiamento produtivo de longo prazo.

Estas reformas, não tenho dúvida, deverão anteceder os passos decisivos para uma profunda negocação com o capital estrangeiro e com o capital privado nacional, mediadas pelo novo estado, com o objetivo de estabelecer novos rumos para a modernização tecnológica e a retomada do crescimento da economia. Não há dúvida que a atual Lei de Reserva de Mercado para o setor da informática será um dos temas passíveis de negociação, além, naturalmente, de outros setores produtivos.

Ainda que tudo isto pudesse ser efetiva e rapidamente preparado, essa negociação será dificílima, tendo em conta as questões já apontadas na primeira parte deste texto (a constituição dos novos blocos de países e o novo padrão concorrencial) e, principalmente, pelo fato de que esta reestruturação por que passam os países desenvolvidos provocou aquela que talvez esteja sendo a mais profunda e ampla concentração e centralização de capitais privados até hoje consumada!

Assim colocadas essas questões, caberiam ainda algumas indagações sobre a nova inserção do Brasil na economia internacional reestruturada:

.uma inserção mais ampla exigiria também maior abertura da economia nacional e, para tanto, há que se discutir qual o grau de competitividade com que contamos para enfrentá-la;

.após o notável fortalecimento que essa concentração e centralização de capitais exerceu sobre as empresas líderes mundiais, cabe perguntar se elas olharão o Brasil como um mero ponto no mercado internacional ou se negociarão conosco, pensando nossa economia como algo mais potencial, agregável, e passivel, portanto, de fazer parte efetiva da comunidade dos países de melhor nível de desenvolvimento econômico?

.que condições teremos de negociar com essas empresas líderes, agora mais fortes e que políticas e estratégias poderemos formular?

Não são simples as respostas a essas indagações. Contudo, a restauração da credibilidade do governo e o decisivo encaminhamento das renegociações e das reformas favorecerão sobremodo uma tomada de atitude positiva por parte da classe empresarial, forçada, tanto pelas novas condições internas, quanto pelas pressões decorrentes da perspectiva de maior abertura da economia nacional.

As especulações que faço em seguida, sobre as possíveis repercussões econômicas nas distintas regiões brasileiras, em alguns casos, também têm relação com questões internas do país, e não, exclusivamente, com a questão internacional. Elas são produto de minhas reflexões sobre a economia brasileira, sobre leituras de vários documentos internacionais e nacionais e, ainda, de algumas discussões com vários colegas que se debruçam atualmente sobre a questão das novas tecnologias e da inserção da economia

brasileira na "3a. Revolução Industrial"(14).

Como se poderia examinar as prováveis e principais repercussões sobre o quadro inter-regional? Diria que, de início, teríamos que fazer análises setoriais para ver o que está acontecendo na economia internacional, o que está mais ou menos consolidado, o que não está consolidado, enfim, o que está se delineando, para passar, então, a examinar eventuais brechas e possibilidades de desenhos de políticas específicas e detalhadas.

Por exemplo, a questão siderúrgica é muito importante e controversa. O Japão queimou 20% de sua capacidade produtiva, e os EUA cerca de 50%; Coréia e Brasil, ainda hoje estão atualizados e são competitivos no mercado internacional. Mas a inflexão da demanda de aço e o surgimento de novas ligas (com outros metais e/ou outros materiais), coloca a seguinte interrogação: há ou não possibilidade concreta de que a velha siderurgia reestruturada, tanto a européia, quanto a japonesa, e a americana, possa substituir esse aço "velho" por um aço "novo", isto é, pelas novas ligas? E se assim ocorrer, teríamos uma divisão de mercados com uma clara segmentação, ficando os países desenvolvidos com a produção de aços mais nobres e nós com a exportação de lingotes

---

(14) Ver, por exemplo: Dupas, G. e Suzigan, W. (Coordenadores). "A nova articulação da economia mundial e as opções para o Brasil: estratégia industrial e modernização tecnológica". São Paulo, mimeo, 12/1988 e TIGRE, P.B. "How Does Latin America fit into high technology?" Rio de Janeiro, mimeo, 3/1989.

de aço comum? Esta questão é muito importante para a periferia brasileira, haja vista que a siderurgia está hoje descentralizada em vários estados e, assim, o desenvolvimento periférico seria negativamente afetado.

Indústrias tais como a do alumínio, do papel e celulose, por exemplo, que são setores poluidores ou demandantes de alta quantidade de energia, ao que tudo indica o acréscimo de sua capacidade produtiva deverá se dar no mundo subdesenvolvido, por um longo tempo, ou pelo menos até que se resolva a questão energética internacional, tanto em termos de custo como de poluição. Novamente, estes setores, no Brasil, estão acentuadamente descentralizados, e dão portanto indício positivo para o crescimento periférico.

Contudo, cabe advertir que as novas tecnologias postas em uso no setor industrial apresentam acentuadas características de poupar mão-de-obra não qualificada, energia e matérias primas convencionais, coisa geralmente abundante nos países subdesenvolvidos, especialmente em suas regiões periféricas.

Sobre a questão da informatização e automatização da indústria de bens de capital, lembraria que mesmo que o Brasil possa informatizá-la, fazendo adaptações nas suas linhas de produção, principalmente na de seriados, isso pouco vai significar para a periferia nacional - em termos de descentralização industrial - dado o elevadíssimo grau de concentração da indústria de produção de máquinas em São Paulo. Portanto, acho que seria difícil se pensar na hipótese de descentralização da nova indústria

de máquinas(15).

É interessante apontar fato que está ocorrendo nos três últimos anos na indústria de máquinas-ferramenta. As empresas líderes produtoras de máquinas menos sofisticadas optaram claramente pela fabricação nacional (e incorporação, nessas máquinas), de controles numéricos eletrônicos não sofisticados e menos caros, com licença do exterior, passando a dominar a maior fatia (em termos de quantidade de máquinas) do mercado nacional. Hoje há inclusive uma empresa exportando controle numérico para a União Soviética e re-importando-o (Draw-Back) incorporado na máquina importada. Com isso, parece que o capital nacional está rompendo uma intolerância anterior das multinacionais, em ceder tecnologia ao capital nacional e, ao que tudo indica teremos um caminho menos difícil, no futuro, para negociar a produção mais sofisticada desse equipamento.

No que se refere à possibilidades de futura fabricação nacional de semicondutores microeletrônicos - notadamente de "CHIPS" padronizados -, pelo que hoje se sabe, padecerá ainda de barreiras sérias em termos de know how, escalas de produção e de custos para se instalar no país e isto demandaria, inclusive, uma grande integração vertical nos principais setores produtores de

---

(15) Sobre a automação na indústria de bens de capital, ver os trabalhos de: Laplane, M.F. e Ferreira, C.K.L.: "A indústria de equipamentos de automação industrial com base microeletrônica a nível mundial: situação atual e principais tendências". UNICAMP/MIC-STI, Campinas, 1985 e "A indústria brasileira de equipamentos de automação industrial com base microeletrônica: estágio atual e perspectivas". UNICAMP/MIC-STI - Campinas, 1986.

bens finais eletrônicos[16]. Caso isto pudesse ocorrer, essa indústria também se concentraria nos maiores centros microeletrônicos do país (São Paulo, Rio ou Campinas) e não em Manaus onde existem hoje algumas plantas apenas montadoras de componentes, que sobrevivem graças ao artificial sistema de incentivos fiscais ali vigentes.

Quanto a equipamentos de processamento de dados (micros e minis computadores e super minis) e de alguns de telecomunicações, embora já tenhamos avançado em projeto e em produção, eles ainda dependem de um maior esforço de integração vertical, que esbarra naturalmente nos (além dos problemas de software), mesmos problemas da indústria de semicondutores. Contudo, muito recentemente estamos assistindo alguns "ensaios" de concentração de capitais nacionais (compras, fusões, etc.) como que se preparando para o "pior", isto é, para o momento em que a atual lei de reserva de mercado terminar e o país tiver que negociar com as líderes mundiais do setor [17]. é útil lembrar que este setor também não é descentralizável, concentrando-se sua produção em centros altamente desenvolvidos.

---

(16) Além dos textos já citados, ver também: BRINCO, R. "Um estudo sobre a indústria internacional de componentes semicondutores digitais". Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1989._____ SILVA, Ana L. G. da, "A indústria de componentes eletrônicos semicondutores: padrão de concorrência internacional e inserção do Brasil". UNICAMP, Tese de Mestrado, Campinas, 1985.

(17) Sobre as condições da indústria brasileira de computadores ver: TIGRE, P.B. "A indústria brasileira de computadores: perspectivas até os anos 90". Campus, Rio de Janeiro, 1987.

No que se refere aos "MAINFRAMES", parece que agora, após o desenvolvimento da produção de equipamentos de médio porte e do desencadeamento de um processo de concentração interna de capitais, a indústria nacional adquire condições mais efetivas para melhor negociar transferências de tecnologia. O recente caso do acordo feito entre a multinacional Hitachi e o conglomerado Bradesco, para a montagem (e nacionalização de alguns componentes) de um equipamento de grande porte (concorrente com o 3090 da IBM) parece confirmar isso.

Há que insistir no fato de que para o setor High-Tech, no que tange à eletrônica e a informática, conforme a literatura internacional mostra, será extremamente difícil se pensar em sua localização descentralizada na periferia. Não nos esqueçamos que os três maiores centros de informática e eletrônica nos EUA, embora "descentralizadas", estão instalados justamente nas cercanias de Boston (o da "Ponte 128"), de Los Angeles (o de Orange Country) e de San Francisco (o do Vale do Silício). Ora, não existem apenas universidades nestas três "periferias". A proximidade de universidades, de centros de pesquisa, de bases militares, é claro que constitui algo muito importante e funcional para o desenvolvimento ou implantação de um desses centros, mas eles requerem muito mais do que isso. Eles requerem uma densidade econômica maior, uma teia de relações mercantis, produtivas e financeiras muito mais desenvolvidas e um mercado de trabalho mais

denso e ágil, que lhes possam dar efetivamente um suporte infra-estrutural adequado às suas necessidades(18).

Tem sido distinto, contudo, o caso do setor eletrônico de consumo (áudio e vídeo). Geralmente ele tem sido implantado em diversas partes do mundo subdesenvolvido, como uma indústria de montagem, importando seus principais componentes. No Brasil não foi diferente, embora até a primeira metade da década de 1970 quando esse setor estava totalmente implantado em São Paulo, a fabricação de componentes já havia avançado consideravelmente (transistor, tubos, etc.).

Porém, à medida que se criaram excepcionais incentivos para a Zona Franca de Manaus, o setor de montagem se transferiu todo para lá, e, face ao artifício dos incentivos fiscais, cambiais e aduaneiras, inibiu a verticalização em marcha. Portanto, esse setor final poderá continuar na região norte do país, mas creio que a produção nacional de seus componentes continuará a se expandir e desenvolver em São Paulo(19).

Nos ramos têxtil, de confecções e de calçados, o avanço tecnológico internacional foi muito significativo. As estimativas mais simples na economia brasileira dão conta da necessidade de 10 bilhões de dólares (nos setores de têxteis e de confecções) para que se pudesse fazer uma reformulação tecnológica mínima, a-

---

(18) Sobre esse problema ver o trabalho de Scott, A. J. e Storper, M. "Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: uma crítica e reconstrução teórica". Espaço e Debates; São Paulo; nº 25, 1988, pg. 30-43.

(19) Sobre a indústria microeletrônica de consumo no Brasil ver o já citado trabalho de Baptista, Margarida A.C.

penas para se manter um certo grau de competitividade(20). Ou seja, essa quantia não seria suficiente para tornar esses ramos "up-to-date", mas apenas para dar uma certa reformulação tecnológica nesses setores.

Há que se pensar também na complicada questão das relações econômicas entre o setor petroleiro nacional e o setor sucro-alcooleiro. é de conhecimento de todos que o açúcar-de-cana está em crise aparentemente irreversível no mercado externo, e daqui para a frente, nós temos que pensá-lo quase que exclusivamente em termos de mercado interno, porque os sucedâneos sintéticos estão tomando conta do mercado internacional. Sua demanda infletiu, houve quedas no mercado internacional, queda de exportações, e já está havendo redução de plantas no Brasil, e não há dúvida que isso afetará muito mais a chamada agro-indústria açucareira do Nordeste do que a do Sudeste, face as distintas condições de eficiência com que ambas operam.

---

(20) Ver, a respeito, o documento "Estudos para Automação, Modernização, Desenvolvimento Tecnológico e Ampliação da Indústria Têxtil Brasileira até o Ano 2000". Conselho Nacional da Indústria Têxtil. CNTI/SENAI. RJ, 1986, 3v. Esse documento mostra, no caso de confecções que no parque nacional de máquinas de costura, predomina ainda as de 1a. geração, quando nos países desenvolvidos já estão em uso as de 4a. geração automatizadas e informatizadas e, em seus laboratórios, a de 5a. geração, que constitui uma série de máquinas programadas em conjunto e totalmente informatizadas. No têxtil, a substituição de filatórios e teares convencionais pelos filatórios "open end", pelos teares a jato de ar, ambos com carga e descarga automatizada, são os principais eventos. No que se refere a calçados, as informações sobre automação eletrônica que já está sendo introduzida nos países desenvolvidos diminuirá sensivelmente as atuais vantagens brasileiras de "labor"intensive" com baixos salários, ameaçando os dois maiores produtores nacionais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No que se refere à produção de álcool carburante, também a partir da cana-de-açúcar, esse setor tem hoje sua capacidade produtiva dimensionada para produzir 16 bilhões de litros de álcool, e o setor está entregando ao mercado, oficialmente, cerca de 13 bilhões. Por sua vez, a Petrobrás, que controla a distribuição de combustíveis, está com um problema muito sério de excesso de produção de gasolina e exporta seus excedentes (cerca de 6 bilhões de litros) a preços vis. O alto preço da gasolina no mercado interno, por sua vez, subsidia o menor preço do álcool, deprimindo as contas da estatal e do Tesouro. Está se desenvolvendo, agora, uma luta surda de bastidores, entre Governo, Petrobrás e o setor do álcool. A Petrobrás, pressionando-o para congelar sua oferta em 13 bilhões de litros, e ele naturalmente pressionando o Governo e a Petrobrás, para que sua oferta venha a ser congelada somente quando atingir os 16 bilhões de litros, o que ocorreria dentro de mais 4 ou 5 anos. Essa luta está trafegando por caminhos tortuosos. O Governo já pressionou as montadoras e estas já diminuiram a partir deste ano o percentual da produção de veículos com motor a álcool em relação aos a gasolina.

Portanto, temos aí um problema sério tanto em relação à refinação de petróleo, quanto ao setor sucro-alcooleiro, e é um problema que atinge diversas regiões brasileiras - notadamente São Paulo, o maior produtor -, mas, de novo, talvez o Nordeste venha a ser o mais atingido, tanto pelo problema já apontado do açúcar quanto pelo fato de que, com a expansão contida do álcool, nenhum benefício daí poderia advir para essa região. Para São Paulo, contudo, graças ao maior desenvolvimento tecnológico do setor (tanto agrícola quanto industrial), o efeito não deverá ser tão grave, haja vista seus vários projetos de avanço técnico, in-

clusive o do desenvolvimento da "cana-química", isto é, da obtenção de podutos químicos a partir da própria fermentação do caldo, sem exigir o estágio de produção do álcool (álcool-química).

Além da já citada limitação à expansão sucro-alcooleira, é preciso discutir algumas outras questões atinentes ao desenvolvimento agro-industrial(21). O mercado internacional de produtos agropecuários teve seu crescimento consideravelmente reduzido nesta década, situando-se a taxa média anual das exportações internacionais, em torno de apenas 1% ao passo que a de manufaturados, embora também deprimido, ficou em cerca de 2%. Com isto, não parecem ser muito promisoras as possibilidades de aumentar nossas exportações de agroindstriais, haja vista, inclusive, a questão tecnológica internacional não resolvida, assim como a da reestruturação agrícola norteamericana e européia.

Por outro lado, embora a região do cerrado (com sua área principal estendendo-se da Bahia a Mato Grosso) esteja se constituindo em promissora fronteira para alguns produtos, especialmente para a soja, há que se pensar em duas questões: a) a de que o problema dos solos no cerrado está apenas parcialmente resolvido, envolvendo ainda a necessidade de se estudar sua eficiência de longo prazo e b) o fato de que se o plantio da cana de

---

(21) Algumas questões atinentes às tendências tecnológicas para a agricultura, neste final de século, estão discutidas em: Graziano da Silva, J.F. "As possibilidades e as necessidades da ciência e da tecnologia na área das ciências agrárias". CNPq - Brasília, mimeo, 12/1988.

açúcar foi contido no Estado de São Paulo, onde se situam as terras mais caras , e o agro mais intensamente capitalizado do país, poderá haver "terras sobrantes" ou mesmo reversão do uso do solo, com o que a ocupação do cerrado poderia não conquistar toda a futura expansão possível para a soja e seus derivados.

O que poderia atenuar esta hipótese, porém em detrimento ao Rio Grande do Sul, é o fato de que essa cultura neste estado, vem enfrentando sérios problemas de diminuição de fertilidade do solo (cai, de cerca de 1.600 kg/ha em 1977 para cerca de 1.050 em 1988), ao que consta, por seu indevido uso, e sua correção seria de custo tão alto que talvez a migração de parte da produção (e do plantio) gaúcha continuasse a se fazer para o cerrado, como tem ocorrido, tanto para os estados do Centro-Oeste e de Minas Gerais como, principalmente agora, para a Bahia (22).

Acrescente-se ainda, como fator positivo para a periferia, a recente expansão da moderna cultura da laranja no Paraná e no Centro-Oeste, que inclusive já atraiu pelo menos uma planta industrial para o seu processamento (suco cítrico) em Goiás. Contudo, o Brasil encontra-se hoje na posição de alto risco por ofertar 75% do consumo mundial de suco cítrico, produto originário de plantas de longa vida (10 a 30 anos em média).Isto,como se sabe,se deu por razões climáticas adversas sobre a plantação da

---

(22) A super safra obtida em 1989 no Rio Grande do Sul, inclusive com alto rendimento físico, segundo o ponto e vista de técnicos no assunto, não significa uma recuperação da situação antes observada, mas tão somente a excepcionalidade positiva deste ano agrícola.

Flórida, agravadas ainda por desconhecida doença que está afetando parte dos laranjais remanescentes. Face a isto, deve-se perguntar: dado o enorme potencial tecnológico e de investimentos dos E.U.A., até quando será retardado o replantio dos laranjais americanos? Ou, como ocorreu com o café, cacau e outros produtos, até quando não se desenvolverá essa produção em outros países?

O trigo, cultura de grande importância para os estados do Sul, passa no momento, por sérios questionamentos, dado que seu alto custo de produção nacional (cerca de US$ 200/t) tem consumido grandes recursos do Tesouro Nacional, face aos subsídios concedidos aos produtores, tendo em vista a diferença de preço (cerca de 80 US$), com o similar estrangeiro, agravada ainda pelos fortes subsídios concedidos pelos principais países produtores (Canadá e E.U.A., notadamente). Aqui também cabe perguntar o seguinte: frente à necessidade de sanar as finanças públicas, o trigo nacional poderia ser seriamente afetado, prejudicando gravemente os produtores sulinos que o cultivam alternativamente com a soja (cultura "x" no verão e "y" no inverno).

Para finalizar este texto, tentarei remarcar alguns pontos e conclusões. Em que pese o alto grau de pessimismo que nos afeta neste momento, acho, contudo, que se o capitalismo brasileiro conseguir "pegar o bonde da história", suas regiões, sem dúvida, também irão mais à frente. Há que se considerar o fato, que eu não chamaria de novo, de que nas três últimas décadas a taxa de urbanização (em todo o território nacional), tem sido muito alta, quer nas áreas mais industrializadas, quer, até mesmo, nas da fronteira agrícola. A urbanização, em si, sempre "empurra o carro" para a frente, e assim, as periferias nacionais

35

também terão alguma forma de progresso, terão alguma forma de avanço, tanto na agropecuária e na agroindústria, como na atividade industrial.

Restaria ainda uma questão muito importante, que deixei para o fim. O crescimento, seja ele periférico, seja nacional, tem sempre que constituir um dos objetivos regionais e nacionais, numa visão prospectiva, numa visão de longo prazo, num projeto para o país e para o contexto inter-regional. Mas nós não podemos nos esquecer dos 30% de miseráveis deste país, que devem estar beirando a ordem de 40 a 50 milhões de pessoas e, para os quais, quando se fala de crescimento, estamos quase que desconsiderando essas pessoas, pelo fato de que o nosso capitalismo, quando os incorpora, o faz marginalmente.

Então, julgo inadiável que se passe a pensar nas hipóteses de se fazer formulações de cenários e de políticas de desenvolvimento, que se ocupem, também e necessariamente, do desenho de políticas sociais de amparo a essa gente, notadamente através de políticas educacionais, de saúde, de transporte, de habitação, de nutrição e também de reforma agrária. Porque senão, nós estaremos aqui tentanto reformular ou repensar a questão do crescimento e, mais uma vez vamos ingressar, de maneira implícita, pela omissão, na chamada "teoria do bolo". Vamos crescer e daqui a 10 anos ou 20 anos vamos ver quem ficou lá atrás e não foi lembrado. Nos daremos conta, então, que embora as economias regionais tenham crescido, a miséria, o subemprego e a violência social poderão ter inclusive aumentado, como ocorreu no período 1970-1980 do "milagre brasileiro"... Afinal, o ataque aos problemas do crescimento regional, sem a presença firme de uma política

distributivista, pode atenuar as chamadas "Disparidades Econômicas Regionais", mas dificilmente diminuirá a miséria de suas populações marginais. é preciso lembrar que os chamados "gastos sociais", além de serem qualitativamente produtivos, também afetam positivamente (por sinal, muito mais que a indústria) o emprego e a infra-estrutura social.

Por último lembraria mais uma questão de importância metodológica e política que é o problema da dinâmica inter-regional. A partir do momento em que se montou e consolidou uma indústria pesada, e que se atrelou a periferia nacional ao "centro nervoso" (notadamente São Paulo) da economia brasileira, a dinâmica econômica principal da periferia nacional ficou inequivocamente atrelada à dinâmica do centro. Não importa se em termos setoriais a dinâmica regional pode oscilar acima da nacional, como foi por exemplo nos anos 70, quando toda a periferia nacional cresceu acima do ritmo do crescimento de São Paulo e do Rio de Janeiro, graças principalmente à implantação de indústrias de insumos básicos. Agora, a partir do momento em que se montou uma nova indústria de bens intermediários na periferia, que funciona associada ao polo central, isto reforçou sobremodo o atrelamento - inclusive cíclico - à dinâmica nacional. Existem alguns raios de manobra para que este ou aquele setor produtivo periférico possa ter um ritmo diferenciado em relação ao do centro dominante. Isto pode decorrer de uma nova e específica política de exportações, ou da implantação de um novo segmento produtivo muito moderno. E aí, esse adendo marginal faria com que essas taxas de crescimento fossem pouco maiores do que as do "polo". Poderia ainda ocorrer um crescimento diferenciado, como decorrência de uma política social mais ativa na periferia.

Isso pode ser comprovado pelo recente crescimento diferenciado das várias regiões brasileiras em relação aos dois estados mais industrializados, os de São Paulo e do Rio de Janeiro. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste experimentaram, sem dúvida, um significativo aumento de participação na renda agrícola e industrial do pais, encontrando-se mesmo em 1988, com níveis de renda acima dos vigentes em 1980.

Contudo, no que tange à produção industrial, os benefícios são menos evidentes, neste transcurso da crise: entre 1980 e 1988, a crise fez com que a indústria nacional crescesse apenas 5%, enquanto que a de São Paulo e Rio de Janeiro caiam (respectivamente, em -1% e -15%), a da região Sul estagnava, a do Nordeste aumentava 8% e a de Minas Gerais 22%, esta, graças às substanciais exportações siderúrgicas e de material de transporte.

Resumindo, quero insistir que, doravante, as políticas regionais precisam ser repensadas. Economicamente, em termos daquilo que é possível (adendos estruturais decorrentes do crescimento e do mercado regional) e necessário (à complementaridade com o polo central). Socialmente, em termos da necessidade ineludível de combate às maiores carências sociais, ética e policamente inaceitáveis em uma sociedade que pretende ser moderna, no limiar do século XXI.